

## O Momento Político

por Mário Soares

A SEDES é uma prestigiada organização cívica, criada um ano antes do 25 de Abril (actualmente dirigida pelo Prof. João Salgueiro) que, em sucessivos documentos, nos tem habituado ao rigor e à pertinência das suas análises. Acaba agora de tomar uma posição clara - e incisiva - sobre o actual momento político português, num documento que intitulou: "Portugal: afrontar os desafios, assegurar o futuro". Trata-se de um texto, extremamente oportuno, que merece ser lido com a maior atenção e profundamente meditado. É do nosso futuro colectivo que se trata!

Note-se que o documento da SEDES se segue a repetidos alertas - é o termo - produzidos pelo Banco de Portugal (Victor Constâncio) e por sucessivas entrevistas e artigos, de inusitado vigor, feitos por reputados economistas e professores, tais como: Cavaco, Silva Lopes, Miguel Cadilhe e Eduardo Catroga, para só citar os que conheceram maior repercussão.

A Sedes veio agora advertir para o facto (cito) de: "os partidos terem subordinado o debate e a acção norteada por princípios, e desenvolvido mecanismos de selecção mediocrizados" - logo, uma crítica fundamentada ao funcionamento dos partidos - e ainda (volto a citar): que "importa actuar tempestivamente, prevenindo que a organização do regime democrático acabe subvertida numa deriva populista". Duas chamadas de atenção essencialmente políticas, num quadro de crise financeira - e agora económica, uma e outra extremamente preocupantes, de evidente crispação social (apesar do bom exemplo, mas uma andorinha não faz a primavera, que foi o acordo entre as associações sindicais e patronais, estabelecido à revelia do Governo et pour cause...) e do grande desconforto moral existente (corrupção invasora, negociismo desmesurado à custa do Estado, crise da justiça, etc.).

Isto é: apesar de Portugal se situar num patamar de desenvolvimento que não tem comparação com a fase de estagnação e bloqueio anterior à Revolução dos Cravos, está há três anos a perder velocidade, em relação à média comunitária dos 15, tornou-se um país socialmente desigual e muito injusto, com os flagelos do desemprego e da exclusão social a subirem, todos os dias, e, nos últimos quatro meses, com uma deriva perigosa do funcionamento das instituições e da democracia, extremamente preocupantes.

É neste quadro depressivo, incerto e inseguro, que se vão celebrar as próximas eleições legislativas de 20 de Fevereiro. Os partidos da Coligação de Direita, principais responsáveis imediatos pela agudização da crise, só pensam em desviar as atenções do eleitorado para o acessório e os faits divers da política politiqueria para que se não discuta o essencial: o estado do país - o diagnóstico está feito - e principalmente as políticas susceptíveis de ultrapassar o impasse a que chegámos. Governo de Coligação que procede como se não fosse de gestão - atenção a quem de direito! - que toma decisões de fundo, o que é um escândalo e uma ilegalidade, a que é preciso pôr cobro.

Serão precisos exemplos de decisões de fundo? Atente-se nas anunciadas resoluções, tomadas há poucos dias: criar um TGV para o trajecto Lisboa Porto e duas novas pontes sobre o Tejo; privatização das OGMAs (da aeronáutica), sem discussão pública prévia; o fundo de pensões da Caixa Geral de Depósitos, transferido à pressa para o Estado, ignorando os protestos dos interessados; as negociações em curso para a privatização das Águas, a que o ministro do Ambiente ter-se-á oposto; a criação de uma cidade administrativa; para além das despropositadas inaugurações, com pompa e circunstância e do inchaço dos gabinetes ministeriais, por assessores, técnicos, juristas e economistas apaniguados, que se sobrepõem aos funcionários da Administração Pública e que a desorganizam, para além de ganharem ordenados chorudos, incomparavelmente superiores aos do funcionalismo. E depois falam de austeridade e queixam-se de desmotivação dos funcionários. O que nos vale é que é tudo propaganda...

Parece óbvio que os partidos da Coligação de Direita, dão sinais de grandes fissuras, a prazo, apesar da promessa de novo "casamento", após as eleições. Se... Ora se o "voto útil" é no PP, como pretende Portas, é porque deseja o enfraquecimento do seu parceiro - o PPD/PSD, como lhe chama Santana - cujos ministros considera de pouco valor em comparação com os ministros do CDS/PP. As culpas do desastre causado ao País pela Coligação são, pois, atribuíveis ao PSD. A tarefa do PP,

nesta campanha, consiste, pois, em roubar votos ao PSD, à custa do qual espera subir acima dos 10% - desígnio ambicioso.

Por mim, não tenho dúvidas de que o PSD vai descer bastante, como indicam as sondagens. Mas nunca abaixo de 25-30%. O que - se acontecer - porá em causa a liderança de Santana Lopes, no imediato ou após as eleições autárquicas.

Resta o PS, que pretende obter uma maioria sólida. Seria uma forma do eleitorado punir o desastre dos últimos três anos de desgovernação militante e de afirmar a sua vontade de alternativa. Terá essa lucidez? Os outros partidos de Esquerda - PCP, Bloco - apostam no enfraquecimento do PS - acusando que a prática do PS não se distingue suficientemente da do PSD - e para aumentar a possibilidade de uma negociação útil se o PS não conseguir a maioria absoluta.

Assim vão os jogos eleitorais, com tudo em aberto, a um mês das eleições legislativas - talvez as mais importantes dos últimos anos - a que se seguirão, num calendário apertado, as eleições autárquicas e as presidenciais, também em aberto.

Faltam-nos propostas de políticas concretas para que os eleitores possam decidir em consciência e responsabilmente. É importante que o façam. Porque tudo depende da vontade dos eleitores, da justeza das suas opções e da sua activa participação na votação. Se vierem a abster-se, como há preocupações, ou a votarem errado não se queixem do País e do Regime. Queixem-se de si próprios...

Lisboa, 22 de Janeiro de 2005